

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 17 de março de 2021

Webconferência

Ata 06 /2021

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se extraordinariamente, sob a presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alexandre Pitol Boeira, Aline Severo da Silva, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Amanda Oliveira Geiger, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Ana Paula Nogueira e Silva, Carla Rosani Silva Fiori, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Carolina Mendonça Fernandes de Barros, Charles Sidarta Machado Domingos, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa, Cláudia Redecker Schwabe, Daiana Schons, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Elisabete da Silva Kovalski, Eloisa Maria Wiebusch, Elton Luiz Pedroso, Evandro Fernandes, Éverton da Silva Felix, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Gabriel Rockenbach de Almeida, Gabriele Laís Mandler, Giulia D'Avila Vieira, Isabel Castro Bonow, Janaina Corneli, Janete Otte, Jéferson Fernando de Souza Wolff, João Abadi Soares Prietsch, João Gilberto Obelar Soares, John Anderson Lopes da Costa, Juliana Pereira, Mack Léo Pedroso, Magda Santos dos Santos, Marco Antônio da Silva Vaz, Maria Eduarda Tolentino Duarte, Natali Farias Cardoso, Nilo Moraes de Campos, Pablo Machado Mendes, Patrick Coelho Vieira, Paulo Wladimir da Luz Leite, Raquel Janelli, Roberta Gonçalves Crizel, Rocelito Lopes de Andrade, Rodrigo Dias, Rodrigo Nascimento e Silva, Silvia Holler, Valdir Boanova Junior, Verônica Pasqualin Machado, Vitor Edinei Carvalho Gomes, Vinicius Martins. Justificaram a não participação Claudia dos Santos Cláudio, Rosani Zachow. Participaram as intérpretes de Libras, Alexandra Figueiro Carvalho da Silva e Francine Garcia da Silva. Dando início à reunião, a presidente da COE Central, Carolina Barros, justificou a necessidade de **duas erratas no Regulamento do Pleito Eleitoral**, uma em relação aos votantes, art. 27, § 2º onde foi substituída “antiga” por “nova” e a outra, atendendo o parecer da Procuradoria, que acrescenta o número do decreto 6986/2009 nos arts. 11, 12, 19, 23 e 25, para garantir a legalidade do documento. Colocadas em votação, a inclusão das erratas no regulamento foi aprovada, como segue:

1. Aprovar das erratas – 37

2. Não aprovar erratas – 0

3. Abstenções – 0

Entrou em debater a **Atualização do Plano de Contingência do IFSul**. A médica Raquel Janelli falou sobre as alterações feitas no documento, o acréscimo de capítulo relacionado às vacinas e a atualização das condutas dos afastamentos, conforme orientação da Secretaria de Saúde do Estado. A servidora Ana Paula Silva explicou a inclusão da nova constituição do Comitê de Avaliação e de parágrafo que informa a suspensão das atividades por tempo indeterminado na introdução do documento. Colocadas em votação, as propostas de alteração foram aprovadas, como segue:

1. Aprovar alterações no Plano de Contingência – 40

2. Não aprovar alterações no Plano de Contingência – 0

3. Abstenções -1

Entrou em discussão a **Liberção de entrada no CaVG para estudantes**. A conselheira Janete Otte leu documento encaminhado por discente ao Colegiado do Mestrado de Engenharia e Ciências Materiais, (arquivado na pasta da reunião) relatando prejuízos pessoais e profissionais causados pela impossibilidade de acesso ao câmpus. Conselheiro Pablo Mendes justificou a necessidade de colegas acessarem o câmpus para dar continuidade a seus trabalhos, mas entende que este momento de bandeira preta não há condições de flexibilidade, mas que gostariam de ter acesso o mais rápido possível quando as condições sanitárias permitirem, preferencialmente antes

do retorno oficial. Entende que não é momento de votar a pauta. Pró-reitor Vinicius Martins esclareceu os posicionamentos da Fapergs, CNPq, Furg e Capes. Citou a necessidade de protocolo para uso dos laboratórios e dos equipamentos, que exigem cuidados especiais, inclusive quanto à higienização. A médica Raquel Janelli disse que o comitê avaliará caso a caso as solicitações. Reitor lembrou que já está havendo diálogo com os agentes de fomento, mas pode ser criada comissão, conforme sugestão da conselheira Cláudia Larrosa, para elaborar documento e trazê-lo ao Conselho (Cláudia/Magda/Propesp/ Proen) para apreciação. A seguir, o presidente colocou em apreciação as **atas 09/2020 e 01, 02, 03 e 04/2021**, que foram aprovadas, como segue:

1.Aprovar as atas apresentadas – 37

2.Não aprovar atas apresentadas - 0

3. Abstenções – 3.

Continuando, foi apresentada a proposta do **calendário de reuniões ordinárias do Conselho** para o corrente ano: 12 de março, 19 de maio, 16 de julho, 15 de setembro, 19 de novembro e 13 de dezembro, aprovado, como segue:

1.Aprovar calendário de reuniões – 42

2. Não aprovar calendário – 0

3.Abstenções – 0

Ato contínuo, foram levadas à apreciação as **portarias ad referendum 01 e 02/2021**, que tratam dos calendários letivos referentes ao segundo semestre de 2020 do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação: Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada - CPEaD, na modalidade de Educação a Distância, do câmpus Pelotas e da retomada dos calendários letivos 2020 dos câmpus Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça. Não havendo considerações, foram levadas à votação e homologadas, como segue:

1.Homologar as portarias ad referendum 01 e 02/2021 – 40

2.Não homologar as portarias 01 e 02/2021 – 0

3.Abstenções- 1

O pró-reitor Vinicius Antunes apresentou o **Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação lato sensu e o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação stricto sensu**. Explicou que havia um regulamento unificado, que não atendia satisfatoriamente as graduações; que o desmembramento vem sendo estudado e atualizado há um ano, atendendo demandas dos câmpus. A diretora Ana Paula Silva esclareceu que, aprovadas as propostas se faz necessário revogar a resolução 07/2010 que aprovou o regulamento vigente e que a nova regulamentação dos atos normativos decorrente do Decreto 10139/2019, prevê que, exceto em casos de urgência, a vigência passa a ser no primeiro dia útil do mês subsequente, respeitado o intervalo de uma semana. Conselheiro Nilo Campos perguntou se a reserva de vagas de cotas proposta e aprovada pelo Conselho garante o compromisso, uma vez que não consta nos regulamentos. Pró-reitor Vinicius Martins salientou que as resoluções do Conselho são soberanas. Explicou que a legislação deixava muitos pontos em abertos referentes à graduação *lato sensu*, inclusive sobre a exigência ou não de TCC, que vai depender da definição do curso. Foi incluída no regulamento a possibilidade de mestrados e especializações nos câmpus, possibilidade de mestrados e especializações multi-institucional ou binacional. Levados à votação os dois regulamentos foram aprovados como segue:

1.Aprovar os regulamentos da stricto sensu e da lato sensu – 38

2.Não aprovar os regulamentos da lato sensu e da *stricto sensu* – 0

3. Abstenções – 1

O tema discutido na sequência foi a **Proposta de cotas mínimas de ações afirmativa na pós-graduação**. Pró-reitor Vinicius Martins explicou que os programas de pós-graduação consideram não estar bem claro no documento aprovado pelo Conselho o número de cotas

que deveriam ser estipuladas. Após reuniões, apresentam a proposta de uma cota de ação afirmativa em cada modalidade (negras/indígenas/PCD) na pós-graduação. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, como segue:

1.Aprovar ações afirmativas na pós-graduação – 40

2.Não aprovar ações afirmativas na pós-graduação – 0

3. Abstenções – 2

A diretora Magda Santos explicou a proposta do **PPC Técnico Secretariado Ejecutivo Bilingue – Mención Español ou Técnico Secretariado Ejecutivo Bilingue – Mención Português**, subsequente, a ser ofertado pela Escola Técnica de Rio Branco, convênio IFSul/UTU; no nosso catálogo corresponde ao curso de Secretariado, 1408 horas, 32 vagas, 16 de cada país. Salientou que o curso substitui o de arroz e pasturas que deixou de ser ofertado. Levado à votação, a proposta de oferta do curso foi aprovada, como segue:

1.Aprovar curso de Secretariado bilingue – 41

2. Não aprovar o curso de Secretariado bilingue – 0

3. Abstenções -0

As pautas **Alteração do Regimento Geral e Regulamento do COTEPIP** não foram discutidas, por serem interdependentes e a primeira depender de quórum qualificado, não alcançado durante a reunião. O conselheiro Elton Pedroso registrou seu descontentamento com a não participação de conselheiros presentes na sala que não participam das votações. Nada mais havendo a tratar, eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após apreciada, será aprovada pelos participantes.